**COMUNICADO DO CONSELHO DO GOVERNO**

**Velas, 24 de janeiro de 2019**

O Conselho de Governo, reunido a 23 de janeiro, nas Velas, em São Jorge, deliberou:

1 - Apoiar a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge, em cerca de 87.500 euros, com vista à compensação pelo financiamento com os investimentos realizados na Escola Profissional de São Jorge.

Este apoio adicional, que é concedido além dos apoios do Fundo Social Europeu, será atribuído através de contrato-programa que define um compromisso de cooperação entre o Governo dos Açores e a Escola Profissional, em mais um contributo para a valorização das competências profissionais dos jovens de São Jorge.

2 - Desenvolver um plano de ação para 2019 na vertente da qualificação profissional e na melhoria das habilitações dos Jorgenses, no âmbito da Rede Valorizar.

Desta forma, o Governo dos Açores reforça a aposta na capacitação e aperfeiçoamento de competências dos Açorianos.

3 - Autorizar a celebração de um contrato ARAAL com a Câmara Municipal de Velas para a realização da obra de acessibilidade alternativa ao Aeródromo de São Jorge, associada à reabilitação do Caminho das Areias, na freguesia de Santo Amaro, que liga a Estrada Regional, no lugar da Queimada.

O investimento previsto é de 633 mil euros, assegurando o Governo Regional a comparticipação deste investimento no valor de 316 mil euros.

Desta forma, o Governo dos Açores contribui para a melhoria das acessibilidades ao Aeródromo de São Jorge.

4 - Conceder um apoio à Casa de Repouso João Inácio de Sousa no valor de 100 mil euros para a substituição da cobertura do edifício e para o projeto de ampliação da cozinha desta instituição.

Desta forma, o Governo dos Açores reforça a parceria desenvolvida com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, na valorização e melhoria dos equipamentos e infraestruturas que garantem melhores políticas sociais e apoio à comunidade.

5 - Apoiar a Santa Casa da Misericórdia da Calheta nos procedimentos necessários para a elaboração do projeto das Residências de Autonomização neste Concelho.

Trata-se de estruturas e serviços destinados a pessoas com deficiência, que, por esta via, têm assegurado o direito à habitação com supervisão técnica em função do grau de dependência.

6 - Autorizar o lançamento de concurso público para atribuição de uma habitação de tipologia T3, em regime de arrendamento com opção de compra, no loteamento dos Casteletes, na freguesia da Urzelina.

Este concurso é especialmente dirigido aos casais jovens que ainda não conseguem obter financiamento junto da banca para adquirir uma habitação própria, como é seu legítimo desejo.

7 - Adquirir uma nova máquina retroescavadora afeta à Lagoa da Caldeira da Fajã de Santo Cristo, um equipamento essencial para a manutenção do passo, permitindo que se mantenha a circulação da água da lagoa e, consequentemente, a sua qualidade, valorizando um dos mais icónicos recursos naturais e paisagísticos de São Jorge e dos Açores.

8 - Avançar com a empreitada de reabilitação do muro de suporte da plataforma da Estrada Regional n.º 1-2.ª, no Norte Grande, num valor estimado de cerca de 35 mil euros, reforçando-se, desta forma, a segurança rodoviária de quem circula nesta via.

9 -  Adquirir de uma cadeira de dentista e equipamentos na área da Fisioterapia para o Centro de Saúde da Calheta, num valor de cerca de 41 mil euros.

Com estes novos equipamentos, a Unidade de Saúde de Ilha reforça a sua capacidade de resposta nestas áreas, garantindo-se uma melhor rentabilização do espaço face às intervenções e melhorias efetuadas no edifício do Centro de Saúde da Calheta, prosseguindo no desígnio de políticas de saúde com proximidade e equidade do acesso aos cuidados de saúde dos utentes.

Melhora-se também a aposta nos programas de cuidados de saúde oral aos Açorianos, nos quais os Açores são um exemplo.

10 - Substituir os sistemas de aquisição de imagem dos equipamentos de Raio X dos centros de saúde da Calheta e de Velas, num investimento estimado em cerca de 16 mil euros.

Este investimento garante a integral operacionalização dos equipamentos de diagnóstico existentes nos dois centros de saúde, mantendo a aposta no apetrechamento das unidades de saúde de equipamentos de diagnóstico e terapêutica diferenciados que garantam a contínua capacidade de resposta às populações.

11 - Adquirir o equipamento de eletrocardiograma contínuo de ambulatório, de modo a melhorar o diagnóstico na área da Cardiologia, num investimento de 10 mil euros.

Com este equipamento, a Unidade de Saúde de Ilha reforça a sua capacidade de resposta nesta área, garantindo-se uma melhor rentabilização de consultas desta especialidade, tendo em conta também o novo contexto do Regulamento Geral das Deslocações, cumprindo-se os desígnios de prestar mais e melhores cuidados de saúde aos Açorianos, independentemente da ilha onde residam.

12 - Construir um edifício de apoio aos visitantes e às atividades de conservação da natureza na Fajã dos Cubres, freguesia da Ribeira Seca, no concelho da Calheta.

Esta instalação ficará situada junto ao ponto de partida e de chegada dos visitantes que percorrem o troço do trilho entre as fajãs dos Cubres e da Caldeira de Santo Cristo, na área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte, tendo instalações sanitárias e espaço de arrumos para materiais e equipamentos utilizados em ações de conservação da natureza e de manutenção daquele trilho.

13 - Conceder um apoio ao evento “São Jorge de Ponta a Ponta”, em 2019, no valor de seis mil euros.

Este projeto tem como objetivo promover a ilha de S. Jorge e os Açores como um destino de excelência para a prática de atividades de natureza, nomeadamente passeios a pé e trail run.

O evento realizar-se-á a 27 e 28 de abril, em S. Jorge, e envolve a travessia longitudinal da ilha, na modalidade de caminhada, ultramaratona, trail run e BTT, prevendo o promotor a participação de 150 atletas.

14 - Conceder um apoio à Associação AtlânticFut de 10 mil euros, para a realização do torneio AtlânticFut Cup 2019.

Trata-se da realização de um torneio de futebol de verão para escalões de formação da modalidade de futebol, que terá lugar na Vila de Velas no final do mês de junho, dirigido a crianças entre os 8 e os 12 anos, com o objetivo de conjugar a prática desportiva com atividades de lazer, um evento que se afirma cada vez mais no calendário de torneios de futebol de formação na Região.

15 - Avançar com os procedimentos necessários para a melhoria das condições de visitação da Poça Simão Dias.

Numa primeira fase será realizado um investimento para a instalação de sinalização turística adequada para reforçar a informação a quem visita aquela zona da Ilha de São Jorge.

16 - Autorizar os procedimentos necessários para a conservação, manutenção e limpeza de 80 quilómetros de caminhos rurais e florestais, facilitando o acesso às explorações agropecuárias da ilha de São Jorge, através da regularização e pavimentação do piso e da desobstrução e limpeza dos pavimentos, redes de drenagem, bermas e taludes.

17 - Promover 10 ações de formação em “Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos”, para cerca de 180 formandos, num investimento global de cerca de 10 mil euros.

Com estas ações, pretende-se sensibilizar os formandos para a correta utilização dos produtos fitofarmacêuticos e transmitir os conhecimentos adequados à sua boa utilização para a obtenção de alimentos saudáveis, garantido, deste modo, a adequada proteção dos aplicadores e salvaguardando a saúde pública.

18 - Autorizar o lançamento do concurso público para a execução da segunda fase da empreitada de construção do caminho agrícola do Pau-Pique, no Perímetro de Ordenamento Agrário da Ribeira Seca/Norte Pequeno, num investimento estimado de 334 mil euros.

Esta obra abrange uma extensão de cerca de dois quilómetros de caminho e reforça o processo de consolidação de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento agrícola de São Jorge beneficiando o acesso às explorações de 20 agricultores, com uma área de 200 hectares.

19 - Dar orientações à IROA, S.A. para proceder à avaliação técnica da capacidade de armazenamento de água existente nos açudes da Ribeira de São Tomé e da Ribeira do Meio, ambos no concelho da Calheta, de forma a realizar os investimentos necessários que possam reforçar a sua capacidade em disponibilizar água à lavoura de São Tomé, de Santo Antão e do Topo em períodos de seca.

20 - Apoiar a Cooperativa Agrícola de Laticínios dos Lourais, no concelho da Calheta, com um valor de cerca de 80 mil euros, no processo de desenvolvimento de novas tipologias de produto e de valorização do queijo, de modo a incrementar o valor acrescentado das suas produções.

21 - Apoiar a Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge, com um valor de cerca de 80 mil euros, com o propósito de modernizar o trabalho realizado no âmbito das operações da genética animal, higiene da ordenha, sanidade animal, bem-estar animal, promoção dos seus produtos, promoção de ações de divulgação e informação de âmbito agrícola e pecuário junto dos agricultores jorgenses.

22 - Apoiar a Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses, com um valor de cerca de 40 mil euros, designadamente na prestação de serviços técnicos específicos aos agricultores, serviço crucial para a melhoria da qualidade do serviço já prestado por esta Associação.

23 - Promover a implementação de um sistema de recolha de resíduos resultantes da atividade agrícola, nomeadamente plásticos, garantindo-se, desta forma, a recolha eficaz desses resíduos e a consequente melhoria da qualidade de vida e do ambiente da ilha de São Jorge.

24 - Promover um conjunto de medidas no âmbito do controlo integrado de roedores, designadamente:

. A disponibilização de rodenticida às Juntas de Freguesia e aos Agricultores;

. A realização de duas campanhas de desratização intensivas em articulação com os Municípios e Associações de Agricultores;

. A promoção de duas ações de formação sobre controlo integrado de roedores nos dois concelhos da ilha.

25 - Apoiar o CNE Açores e a Junta de Núcleo dos agrupamentos de escuteiros de São Jorge, em 25 mil euros, para a realização do ACARAL – Acampamento Regional de Alcateias – Lobitos, que se realizará em julho nesta ilha, e que prevê o envolvimento de cerca de 500 escuteiros.

26 - Apoiar participação dos alunos das escolas Básica e Secundária de Velas e da Calheta e da Escola Profissional de São Jorge em todas as fases do programa Parlamento dos Jovens, que se iniciou em outubro e culminará com a Sessão Regional, a decorrer na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em março, com a participação de dois alunos de cada escola, num total de seis alunos e três professores.

27 - Promover o programa Educação Empreendedora – o Caminho do Sucesso, nas escolas Básica e Secundária de Velas e da Calheta, bem como na Escola Profissional de São Jorge.

Esta edição teve início em setembro e conta com a participação de seis professores e de mais de 200 alunos.

Aos alunos será ministrado um pacote formativo constituído por 10 aulas sobre empreendedorismo e a realização de atividades práticas, como a Feira do Empreendedorismo e o Empreendedor por Um Dia.

Neste âmbito, o Governo dos Açores apoia também a participação de três equipas representantes das escolas de São Jorge no Concurso Regional IdeiAçores, no segundo trimestre de 2019.

28 - Apoiar a participação de dois dirigentes por associação de juventude local no Encontro Regional de Associações de Juventude 2019, que reunirá todas as associações juvenis da Região para troca de experiências, partilha de ideias e projetos e desenvolvimento de ações formativas no âmbito da atividade dirigente deste tipo de organizações.

29 - Promover a realização, em São Jorge, de uma conferência sobre a importância da defesa da Biodiversidade, numa iniciativa em parceria com a Comissão Europeia.

30 - Além destas deliberações, o Conselho de Governo apreciou ainda o andamento de um conjunto de processos e de investimentos em curso na ilha de São Jorge, nomeadamente:

. A obra em curso no Centro de Saúde da Calheta, um investimento de 1,3 milhões de euros, que permitirá reforçar e aumentar a capacidade desta valência, ampliando os serviços de Urgência e de Consultas e reformulando o Internamento;

. O projeto da empreitada de requalificação do Centro de Saúde de Velas, cujo contrato da empreitada foi assinado quarta-feira, 23 de janeiro, uma obra com um investimento estimado de cerca de 1,5 milhões de euros, que permitirá requalificar o edifício, mas também reorganizar e agilizar os serviços de Cuidados Continuados, de Urgência, de Internamento e de Fisioterapia, aumentando a sua capacidade de resposta;

. As obras em curso do novo Museu Francisco de Lacerda, na Vila da Calheta, num investimento global superior a 3,6 milhões de euros;

. As obras de ampliação do Entreposto Frigorífico de Velas, num investimento estimado de cerca de um milhão de euros;

. O projeto de construção do Porto do Topo, num investimento estimado de mais de seis milhões de euros. A empresa que realiza a obra está a instalar o estaleiro de obras e o investimento terá início em breve, quando as condições marítimas permitirem;

. A empreitada em curso de reabilitação da Estrada Regional entre a Ribeira do Almeida e o Aeródromo de São Jorge, num investimento superior a 1,2 milhões de euros;

O Conselho de Governo deliberou ainda:

31 - Aprovar a Proposta de Decreto Legislativo Regional que define o regime jurídico de Licenciamento das Atividades Espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores.

Com este Decreto Legislativo Regional é a Região que decide sobre estas matérias, considerando-se atividades espaciais a desenvolver na Região Autónoma dos Açores aquelas que tenham por base infraestruturas ou plataformas situadas no seu espaço terrestre ou marítimo, incluindo, neste caso, as zonas marítimas adjacentes ao arquipélago, sem prejuízo das competências nacionais, quando estão em causa questões de defesa e segurança nacional.

Este diploma é aprovado agora, na sequência da aprovação e consequente publicação no passado dia 22 do Decreto-Lei do Espaço n.º 16/2019 que, no seu artigo 27.º, consagra a prerrogativa de as Regiões Autónomas definirem em legislação própria as regras das atividades espaciais que tenham lugar nessas Regiões.

32 - Aprovar a Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o PROENERGIA, sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis dos Açores.

Com as alterações agora introduzidas, no que respeita a investimentos na exploração de recursos energéticos renováveis, para além dos apoios à produção de energia elétrica já existentes, passam também a ser abrangidos pelo diploma investimentos no armazenamento desta energia.

No que respeita a investimentos para produção de águas quentes, o recurso a sistemas alimentados a biomassa fica igualmente previsto, juntando-se, assim, aos equipamentos solar térmico e bombas de calor.

Procede-se ainda ao alargamento do leque de equipamentos abrangidos pelo diploma por via da redução do montante mínimo de investimento, a par do incremento da percentagem de incentivo concedido a sistemas para produção de águas quentes.

Também é introduzida a majoração de dois pontos percentuais para projetos dedicados a energias renováveis cujos investimentos se realizem em territórios abrangidos pela Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO - as ilhas do Corvo, Flores, Graciosa e São Jorge - tendo como objetivo contribuir para a salvaguarda e valorização do seu património natural.

33 - Lançar o concurso público para a segunda fase da empreitada de consolidação dos taludes da Estrada Regional n.º 2-2.ª, no troço Furnas/Ribeira Quente, num investimento estimado em cerca de 3,6 milhões de euros.

Esta empreitada contempla a intervenção em vários troços da estrada regional, mediante a execução de terraplanagens para reperfilamento, drenagem e estabilização de taludes no troço a jusante dos túneis existentes, sendo preconizada a construção de uma estrutura em semi- túnel com cerca de 200 metros de extensão de forma a melhorar as condições de segurança da circulação rodoviária no acesso à freguesia da Ribeira Quente.

Esta intervenção conclui o processo de reforço de segurança no acesso a esta freguesia, num investimento que, juntando a primeira fase e esta segunda fase agora a concurso, ascende a um montante superior a 4.730.000 euros.

34 - Aprovar os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019, estando definido um reforço da dotação deste programa de 600 mil para um milhão de euros.

Além deste crescimento de 400 mil euros na dotação orçamental, haverá o alargamento a mais uma área temática, a Cultura, juntando-se às quatro iniciais: Ambiente, Inclusão Social, Juventude e Turismo.

Será também criada mais uma categoria de anteproposta, para além do âmbito “ilha”, vigente em 2018.

Assim, em 2019, os Açorianos poderão, não só apresentar antepropostas para a sua ilha, como também apresentar ideias de investimento público de âmbito regional com impacto em duas ou mais ilhas, correspondendo esta decisão às sugestões recolhidas junto dos cidadãos que participaram na primeira edição.

Este é o segundo ano que será implementado o Orçamento Participativo dos Açores.

Em 2018, participaram no processo de escolha das propostas apresentadas cerca de cinco mil pessoas, que escolheram os 29 projetos vencedores que vão ser executados pelo Governo Regional, dos quais 12 na área da Juventude, oito na área da Inclusão Social, seis na área do Turismo e três na área do Ambiente.

35 - Reforçar os apoios do POSEI para os agricultores dos Açores, no valor de cerca de 3,8 milhões de euros.

O Governo dos Açores decide, desta forma, reforçar as verbas deste importante programa de apoio à atividade agrícola, através de verbas do Orçamento Regional, procedendo à transferência necessária deste valor para o IFAP,I.P.

36 - Assegurar as condições necessárias de poupança de encargos financeiros, através da substituição de um aval ao Instituto Regional de Ordenamento Agrário – IROA, S.A., no valor de quatro milhões de euros.

Esta operação financeira permite a redução de encargos, garantindo condições mais vantajosas de financiamento, potenciando, assim, o desenvolvimento da atividade deste instituto através de investimentos que promovem o desenvolvimento sustentado das zonas rurais e incentivam a modernização e diversificação agropecuária, contribuindo para a melhoria da competitividade da produção regional.

Esta substituição de aval não dará origem a um aumento do endividamento líquido da IROA, S.A..

37 - Assegurar a manutenção do funcionamento dos campos de golfe das Furnas e da Batalha, em São Miguel, importante ativo da oferta turística da Região, bem como salvaguardar os postos de trabalho nestes empreendimentos, através da autorização para a concessão de um aval à empresa pública Ilhas de Valor S.A. no valor de 6.660.000 euros.

Esta operação financeira permitirá concluir o processo de aquisição destes campos de golfe, num contexto de insolvência da empresa privada que os detinha, o que permite esta operação financeira por um valor substancialmente mais baixo do que o valor da sua avaliação.

É objetivo da Região voltar a alienar este património agora adquirido.

38 - Aprovar a definição do modelo organizativo destinado à supervisão e acompanhamento dos projetos financiados pelo Programa LIFE, bem como a estrutura operativa necessária à gestão e implementação destes projetos nos Açores.

Atualmente, o Governo dos Açores tem dois projetos aprovados no âmbito do Programa LIFE.

O projecto LIFE VIDALIA, para a valorização e inovação dirigidas à Azorina e Lotus nas ilhas Açorianas, que abrange as Ilhas do Pico, do Faial e de São Jorge, com uma duração de cinco anos e um orçamento global de cerca de 1,8 milhões de euros.

E o projecto LIFE IP AZORES NATURA - Proteção Ativa e Gestão Integrada da Rede Natura 2000 nos Açores, que chega a todas as Ilhas da Região, abrange 23 Zonas Especiais de Conservação, 15 Zonas de Proteção Especial e três Sítios de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000, procurando obter um contributo significativo para a conservação de espécies e habitats protegidos em ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos dos Açores, com uma duração de nove anos e um orçamento total de 19,1 milhões de euros;

39 - Definir o valor de 4,2 milhões de euros para o desenvolvimento de contratos programa a celebrar com associações sem fins lucrativos com vista à realização de projetos de interesse público no domínio da promoção do destino Açores ou dos diferentes produtos turísticos nos mercados nacional e internacional, bem como de ações que visem o estudo, a monitorização e o acompanhamento da atividade turística dos Açores e, ainda, de ações que concorram para a criação de uma oferta estruturada de animação turística ou que promovam a qualificação da oferta turística.

40 - Definir o valor de 3,7 milhões de euros para o apoio à realização de ações e projetos de desenvolvimento nos domínios da agricultura e pecuária, da promoção da saúde e bem-estar animal e que tenham como objetivo o apoio à gestão técnica e económica das explorações agrícolas, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores, a promoção da segurança alimentar, da sanidade animal e saúde pública, a proteção do ambiente e das boas práticas agrícolas, a divulgação agrária, técnica e científica, a preservação e melhoramento genético, a promoção e comercialização dos produtos regionais e a regularização dos mercados.

41 - Definir o valor de 25 mil euros para a concessão de apoios financeiros por parte da Presidência do Governo por motivos de interesse público, de apoios financeiros a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos destinados a apoiar ações e projetos de caráter social, económico, cultural, desportivo e religioso que visem a salvaguarda das tradições, usos e costumes, o património regional ou a promoção da Região Autónoma dos Açores.

Os apoios concedidos são materializados através da celebração de contrato programa com os objetivos e obrigações das atividades ou iniciativa apoiadas.

42 - Autorizar a celebração de um contrato programa entre a Região e a Associação RAEGE Açores – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais para o ano de 2019, até ao montante máximo de 365 mil euros, destinado ao reforço da implementação da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais na Região e à dinamização da respetiva atividade científico-técnica.

Este contrato-programa visa apoiar os custos com recursos humanos da Estação Geodésica Fundamental da RAEGE, instalada em Santa Maria, apoiar vários investimentos de melhoria das infraestruturas e de manutenção dos equipamentos, bem como assegurar os serviços de manutenção e funcionamento desta estação.

Pretende-se ainda através deste contrato-programa o incremento de atividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D) nas áreas da radioastronomia, geodesia, geofísica, georreferenciação, navegação, vigilância e alerta de riscos naturais e técnicas complementares à tecnologia Very Long Base Interferometry (VLBI) na Região, bem como a colaboração e a ligação entre a Associação RAEGE Açores e a comunidade científica, o tecido empresarial e o setor económico-social, e a cooperação com outras entidades em torno de objetivos comuns, nomeadamente em estudos, projetos e programas científicos e tecnológicos.